



Prefeitura de Muzambinho - MG
Professor

LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunicação: linguagem, texto e discurso.....	1
o texto, contexto e a construção dos sentidos	2
Coesão e coerência textuais	3
Intertextualidade	5
polifonia	7
A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	7
Língua padrão: ortografia	10
acentuação	11
pontuação.....	13
Semântica: denotação e conotação; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade	17
figuras de linguagem	19
Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	24
classes de palavras: flexões, cargo e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	26
Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas.....	42
concordância nominal e verbal.....	47
regência nominal e verbal	49
crase.....	51
sintaxe de colocação.....	53
Sentido denotativo e conotativo (figurado).....	54
Vícios de linguagem	54
Exercícios.....	56
Gabarito.....	66

MATEMÁTICA

Estruturas lógicas, lógica da argumentação, Diagramas lógicos.....	1
--	---

SUMÁRIO



Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações; Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais.....	6
Múltiplos e divisores, máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns. Números Primos	18
Expressões numéricas	25
Equações do 1º e 2º graus.....	26
Sistemas de equações do 1º e 2º graus	32
Funções do 1º e 2º grau.....	35
Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente).; Teorema de Pitágoras; ângulos. semelhança de triângulos	45
Geometria – Área, Volume e Perímetro	51
Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal	56
Números e grandezas proporcionais, razões e proporções.....	60
Regra de três simples e composta	63
Porcentagem; Juros simples – juros, capital, tempo, taxas e montante	65
Média Aritmética simples e ponderada.....	69
Problemas envolvendo os itens do programa proposto	69
Exercícios.....	72
Gabarito.....	81

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	1
Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	97
Exercícios.....	157
Gabarito.....	160

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Teoria e Prática da Educação.....	1
Conhecimentos Político-Pedagógicos.....	2
Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	12
Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	26
projetos político-pedagógicos.....	31
A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar.....	34
Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem.....	41
Conhecimento na escola	46
a organização do tempo e do espaço	51
a avaliação escolar.....	58
projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. currículo e cultura	80
Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	96
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	101
Colegiados escolares	103
Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermalval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores	106
Unidades Temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nos anos iniciais (BNCC) para educação infantil e ensino fundamental. LÍNGUA PORTUGUESA ANOS INICIAIS - (p. 63-135) MATEMÁTICA ANOS INICIAIS - (p. 265-297) CIÊNCIAS ANOS INICIAIS - (p. 321-341) GEOGRAFIA ANOS INICIAIS - (p. 359- 379) HISTÓRIA ANOS INICIAIS - (p. 397- 415) CIÊNCIAS HUMANAS ANOS INICIAIS (p. 353 – 357) BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Secretaria de Educação Básica - Brasília, MEC, SEB, 2017	107
Exercícios	108
Gabarito.....	111

SUMÁRIO



Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo da idade, cultura, posição social, profissão etc. A maneira de articular as palavras, organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

– **Discurso:** em termos científicos e linguísticos, o discurso é um modo de linguagem escrita ou falada, respectivamente, texto e conversação nos contextos político, social ou cultura. Em termos gerais, discurso é toda conjuntura que implica a comunicação em um dado contexto. No que se refere aos elementos, o discurso está estruturado em três níveis:

- 1 – A pessoa que fala;
- 2 – A pessoa para quem se fala;
- 3 – Sobre o que se fala.

A fala, presente em todos os níveis, ocorre em forma de narrativa nos discursos direto, indireto e indireto livre. O discurso atua como a ação oral e verbal de voltar-se a uma audiência, visa não somente à exposição ou à comunicação de algo, como também de convencer o ouvinte.

Existem três tipos de discurso, são eles:

- Direto (onde existe uma pausa na narrativa, para que o narrador reproduza de forma fiel a fala de um personagem);
- Indireto (onde a fala da personagem não é reproduzida de forma fiel ou explícita, mas nas palavras do narrador);
- Indireto livre (misto dos discursos direto e indireto, em que as falas são reproduzidas e explícitas, tanto do narrador quanto dos personagens).

– **Enunciado:** sumariamente, o enunciado é uma ocorrência discursiva, ou seja, é a unidade real de interação/comunicação verbal entre os agentes comunicativos, onde estão envolvidas as mais diversas formas de manifestação linguística. Melhor dizendo, o discurso é a organização das palavras de modo a criar uma frase, uma sentença ou uma ideia concluída. Dessa forma, um simples termo significativo (como “Veja!” ou “Saia!”) pode consistir em um enunciado.

– **Enunciação:** diz respeito à função internacional e social a partir da qual o enunciador (pessoa que comunica oral ou verbalmente), coloca a língua em prática, considerando um enunciatário (pessoa para quem se comunica). No âmbito da linguagem, como também em outras áreas, a enunciação, dependendo da abordagem teórica, assume diversas definições. O enunciado é o produto da enunciação.

– **Texto:** a definição ampla de texto é uma produção (verbal ou não), constituída por um código da linguagem, com a intenção de informar algo a alguém, em tempo e espaço determinados. Em termos gramaticais, texto é a mais elevada unidade linguística, transcendendo a sentença. O texto compõe o sistema linguístico, pois suas estruturas viáveis em toda língua estão submetidas a uma gramática textual.



ESTRUTURAS LÓGICAS

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

\Leftrightarrow : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)



BRASIL

História do Brasil

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.



TEORIA E PRÁTICA DA DOCÊNCIA

Vivemos em outro tempo, com exemplos diversos dos que vivenciamos. A educação, não só retrata e re-produz a sociedade, mas também projeta a sociedade desejada; assim o homem na busca incessante pelo conhecimento está cada dia mais a mercê da tecnologia.

Porém, nos deparamos com diferentes realidades; mas é preciso saber a realidade social, que por vezes é muito mais complexa do que se imagina e as dificuldades de se trabalhar com as tecnologias de informação e de comunicação são ainda maiores na prática pedagógica. Ficando assim evidente que mesmo havendo vontade de aprender (aluno) e qualidade no material e apoio (instituição / professor) é viável considerarmos as dificuldades que essa transferência de conhecimento aconteça.

Enquanto prática pedagógica, a educação tem, historicamente, o desafio de responder às demandas que os contextos lhes colocam.

Paulo Freire, quando afirma que a teoria não dita à prática; em vez disso, ela serve para manter a prática ao nosso alcance de forma a mediar e compreender de maneira crítica o tipo de práxis necessária em um ambiente específico, em um momento particular.

Portanto, o exercício da docência, enquanto ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, requer necessariamente o desenvolvimento dessa consciência crítica. E neste sentido podemos dizer que o exercício da ação docente requer preparo. Segundo Freire, “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Entre as competências que um professor atestado com seu mundo deve apresentar, entre outras, a competência teórica, a aplicada, a Institucional e a afetiva. Não basta apenas saber. O verdadeiro professor precisa saber: para que ensinar, o que ensinar e como ensinar. É preciso usar esse saber de forma significativa para o aluno; Preparo que não se esgota nos cursos de formação, mas, para o qual há uma contribuição específica enquanto formação teórica.

[...] Não somos apenas objeto da História, mas seus sujeitos igualmente. A partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógico. (FREIRE, 1997, pg. 89).

Portanto, analisando a formação docente, a partir de um contexto de práxis, na perspectiva da construção de novos conhecimentos, que não se limitam ao momento da formação inicial, mas principalmente, estende-se por todo percurso profissional do professor, podemos assim dizer, que a tríade: formador, formando e conhecimento se faz mediante uma relação dialética, sendo esta, uma característica necessária à realização da práxis. Neste sentido, a nosso ver, o ato de ensinar descontextualizado da práxis não transforma, assim, concordamos com Freire, quando diz: “[...] ensinar não é só transferir conhecimentos; Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

A formação de um aluno é muito mais que treinar e depositar simplesmente conhecimentos.

Educar é segundo Freire(1979), completar, porque o homem é ser inacabado, que sabe disso e por isso se educa. O saber se faz através de uma superação constante, por isso não pode o professor se colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo (é preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade).

Há tempos remotos, filósofos, médicos, lingüistas e outros pensadores do passado, foram atraídos pela natureza da criança.

O filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), considerado o “descobridor da criança; foi o verdadeiro iniciador dos estudos do desenvolvimento.

Em 1762, publica um livro onde descreve uma criança imaginária, o seu desenvolvimento desde o nascimento à puberdade. Dessa maneira procura descobrir como a natureza leva uma criança a desenvolver-se “em suas faculdades e em seus órgãos”. Rousseau cogita, pela primeira vez, a necessidade de “estudar a criança antes de querer educá-la”.